



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciência Política – IPOL
Bacharelado em Ciência Política

**PERSONALISMO POLÍTICO NO BRASIL:
Um estudo de caso entre a Era Vargas e o Governo Lula**

Fábio Vidal Santos

Brasília
2014

FÁBIO VIDAL SANTOS

**PERSONALISMO POLÍTICO NO BRASIL:
Um estudo de caso entre a Era Vargas e o Governo Lula**

Monografia apresentada ao Instituto de
Ciência Política da Universidade de Brasília
como parte dos requisitos para obtenção do
título de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Nascimento

Brasília

2014

FÁBIO VIDAL SANTOS

**PERSONALISMO POLÍTICO NO BRASIL:
Um estudo de caso entre a Era Vargas e o Governo Lula**

Monografia apresentada ao Instituto de
Ciência Política da Universidade de Brasília
como parte dos requisitos para obtenção do
título de Bacharel em Ciência Política.

Brasília, _____ de _____ de 2014.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo César Nascimento
Orientador

Profa. Dra. Marilde Loiola
Examinadora

Nota: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido a oportunidade de concluir esse trabalho. A Ele seja dado toda honra e todo louvor! Sou grato também a meus pais José Davi e Ester Vidal por tão terno amor. Sem a contribuição de vocês nada disso seria possível. Agradeço ainda meus irmãos Jordana e Fabrício que sempre estiveram presentes na minha vida. Em especial destaco minha irmã Jordana que nunca mediu esforço para revisar os meus textos. Espero um dia poder retribuí-la. Não poderia deixar de mencionar tia Miriam que mesmo morando distante sempre esteve presente nos momentos mais difíceis.

Para chegar até aqui foi necessário muito esforço e capacitação, por isso agradeço a todos os membros e ex-membros da Strategos- Empresa Júnior de Consultoria Política. Em especial destaco algumas pessoas que tive mais contato: Gabriela Silva, Gabriela Sarkis, Dayane, Laura, Lucas Bessoni, Milena, Raquel, Lucas Brandão, Jayane, Paulo, Pedro, Thais, Emanuella e tantos outros que fizeram parte dessa história. A todos vocês meu muito obrigado!

Não poderia deixar de agradecer também meus amigos lá da UDF, onde tudo começou. Em especial agradeço a Rejaine Pessoa, Eduardo Gomes, Katiana, Leandro Dourado, Marcio e Rodrigo. Como dito em Provérbios existem amigos que são mais chegados do que irmãos, assim agradeço a Igor Teles e Bill Yonok pelo companheirismo e amizade. Também não poderia esquecer de deixar meu cordial abraço a todos os Jovens da União de Mocidade Presbiteriana por me acompanhar nos momentos difíceis.

Tornar-se profissional é um processo longo e demorado. Dessa forma, agradeço à Fundação Republicana Brasileira –FRB nas pessoas do presidente Mauro Silva e Telma Franco por ter depositado um voto de confiança em mim. Acredito que para aprender todos precisam de mestres, por isso agradeço ao professor Leonardo Barreto que tem me acompanhado desde o início da graduação, seu profissionalismo me inspira bastante.

Por fim, porém não menos importante. Agradeço ao professor Paulo César Nascimento que se mostrou sempre disponível para me orientar na execução desse trabalho. Sua dedicação, profissionalismo e humildade me encantam!

RESUMO

A figura de líderes políticos personalistas quase sempre revestidos de grande prestígio popular não é raro na história do Brasil. De modo geral, a personificação do poder permite que chefes de governo atribuam suas características pessoais ao mandato. Os líderes personalistas dispõem de um respaldo político tão grande que chegam a ponto de serem venerados por seus seguidores. A proposta desse trabalho é investigar as raízes de formação do personalismo político brasileiro. E desse modo, objetiva-se responder a seguinte pergunta: porque o personalismo político resiste às mudanças históricas? É sabido que esse personalismo político não é um evento novo sua tradição está diretamente ligada à influência de atributos culturais transmitidos pela herança ibérica. A fim de chegar a tal conclusão este trabalho propõe um estudo de caso entre a Era Vargas e o governo Lula. Sabe-se que ambos são líderes políticos populistas e que tiveram o personalismo presente em seu governo. Portanto, esse estudo objetiva inquirir que força seria responsável por fazer esse estilo de governo persistir ao longo de tantos anos.

Palavras-chave: Personalismo. Veneração. Era Vargas. Governo Lula. Herança ibérica.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
- DASP - Departamento da Administração Pública
- DIP - Departamento de Propaganda
- EUA - Estados Unidos da América
- PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
- PT - Partido dos Trabalhadores
- PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
- UDN - União Democrática Nacional
- UFF - Universidade Federal Fluminense
- USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 2 METODOLOGIA | 11 |
| 3 REFERENCIAL TEÓRICO | 12 |
| 3.1 O PERSONALISMO POLÍTICO E A HERANÇA IBÉRICA | 12 |
| 3.2 PERSONALISMO POLÍTICO: APURANDO UM CONCEITO..... | 20 |
| 4 ESTUDO DE CASO: ERA VARGAS E O GOVERNO LULA | 28 |
| 5 CONCLUSÃO | 43 |
| REFERÊNCIAS..... | 46 |

1 INTRODUÇÃO

O surgimento de líderes políticos de expressão, quase sempre revestidos de carisma e principalmente de respaldo popular não é raro na história do Brasil. Políticos com tal característica, normalmente possuem uma identificação popular tão intensa que chegam a ponto de serem até venerados por seus eleitores. Observa-se que na história do Brasil, são vários os exemplos de personalidades políticas detentoras dessa característica. Nomes como: Getúlio Vargas, Leonel Brizola, Antônio Carlos Magalhães, Lula entre outros, compõe o rol de líderes que impactaram seus governos a partir da cordialidade e carisma.

O personalismo político brasileiro aos moldes que esse trabalho objetiva estudar foi abordado pela primeira vez em 1936, por Sergio Buarque de Holanda, em seu livro *Raízes do Brasil*, onde aquele autor afirma que a cultura personalista distingue o brasileiro dos demais povos. Para Holanda, o personalismo é fruto da raiz ibérica dos colonizadores do Brasil. Na visão do autor, o povo brasileiro é tomado de uma característica psicológica que é a cordialidade. Esse trabalho busca evidenciar como a cultura ibérica foi disseminada no interior da família invadindo a esfera política.

Há muitos anos pesquisadores brasileiros e brasilianistas buscam interpretar os fenômenos políticos brasileiros, sob olhar histórico-cultural. Este trabalho visa contribuir com essa corrente de pensamento a medida que afirma-se que não é possível estudar a realidade política desvinculado da abordagem cultural. Este estudo procura delinear as características do governo personalista Brasil, salientando outros estilos de dominação que originaram a partir dele. Também é sabido que não existe uma vastidão de obras e artigos científicos dedicados exclusivamente a esse tema. Desse modo, o estudo contribuirá para a ampliação da bibliográfica existente.

Conforme supracitado, muitos são os líderes políticos personalistas no Brasil. Entretanto, este estudo dedicará a análise de duas lideranças políticas de destaque que conquistaram enorme prestígio por parte da população. São eles: Getúlio Vargas e Lula, ambos foram escolhidos por alimentar a hipótese de existência do personalismo político em seus governos e também pelo recorte temporal que esse estudo de caso pode fornecer.

Sob a liderança de Getúlio Vargas o país viveu um momento de abertura para o desenvolvimento industrial, de aumento da participação popular na política e de ampliação das leis trabalhistas. Entretanto, assistiu-se também a presença de forte nacionalismo e populismo sem precedentes, com grande centralização de poder no estado, que esteve presente em todas as esferas da sociedade. Seu primeiro governo durou até 1945 foi marcado

ainda pelo Estado Novo, período de forte autoritarismo, calcado na personificação quase mítica da figura do presidente que ficou conhecido com o “Pai dos pobres”.

Em meio diversos programas assistencialistas de relevância como Fome Zero, Bolsa Família, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e sob o bastião do carisma e da simplicidade. O contexto de apoio popular no governo Lula foi considerado sem precedentes na história. Eleito ao mandato de presidente em 2002, Lula consegue se reeleger nas eleições de 2006 com apoio popular altamente expressivo.

Desde o primeiro mandato do presidente Vargas até o fim do segundo mandato de Lula somam-se setenta e sete anos de governo. Assim, o objetivo principal desse trabalho é responder a seguinte pergunta: Por que o personalismo político resiste às mudanças históricas? A hipótese norteadora desse estudo sugere que o personalismo ainda vigora nos dias atuais em função de sua origem cultural. Portanto, como se trata de uma cultura personalista que vem sendo propaga por meio do familismo, gestos sutis de intimismo e até pela religião seria bastante difícil de removê-lo da sociedade.

Com base na bibliografia que aborda o tema, esse trabalho tem como objetivo específico apresentar elementos dos governos Vargas e Lula que comprove a presença do personalismo. Assim, espera-se ter os subsídios necessários para responder o motivo pelo qual o personalismo resiste as mudanças históricas, perseverando no meio político.

O presente estudo encontra-se dividido em cinco momentos, a saber:

- 1) Introdução: refere-se ao texto introdutório do estudo.
- 2) Metodologia: tem-se a exposição do procedimento metodológico aplicado na construção da presente pesquisa.
- 3) Referencial teórico: refere-se aos aspectos-chave que serviram para fundamentar o estudo. O primeiro aspecto destaca a questão do personalismo político e da herança ibérica, fazendo um resgate histórico a respeito da origem do personalismo com base nas acepções de Sergio Buarque em seu livro *Raízes do Brasil*; e ainda, busca investigar como o personalismo é propagado e enraizado na cultura do povo brasileiro; portanto, faz-se necessário debruçar nas obras de Gilberto Freyre (*Sobrados e Mucambos*) e Roberto DaMatta (*A Casa & a Rua*), além da busca de inspiração em outros autores. E, o segundo aspecto, intitulado “personalismo político: apurando um conceito”, busca definir o objeto de estudo desse trabalho, tendo em vista que o personalismo em sua forma genérica influenciou o surgimento de diversos estilos de governos. Nesse sentido, objetivou-se aqui estudar o significado do patrimonialismo, clientelismo, coronelismo e mandonismo no qual, todos possuem sua origem no

personalismo. Entretanto, ainda não caracterizam o objeto de estudo desse trabalho que está mais direcionado ao personalismo como característica de governo.

- 4) Estudo de caso: trata do estudo de caso entre a Era Vargas e o Governo Lula. O intuito desse capítulo é levantar elementos que configure o personalismo político em ambos os governos. E, a partir dessa constatação, sugere fazer uma projeção para a perseverança ou não do conceito.
- 5) Conclusão: tem-se a exposição final do estudo aqui apresentado.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesse trabalho abarcará a pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos relacionados ao tema. Na visão de Gil (2002, p. 45), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de que ela permite ao investigador uma cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que se poderia pesquisa diretamente”. Assim, com a adoção desse método será explorado diversos argumentos de autores renomados que estudam o personalismo, além de investigar temas correlatos. A fim de levantar evidências práticas do personalismo será utilizada também a pesquisa documental, na qual o analise-se a carta-testamento de Getúlio Vargas que expressa com clareza os traços de um líder personalista.

Para comparar e estabelecer parâmetros entre ambos os governos será adotado um estudo de caso entre os governos Vargas e Lula. Com a utilização dessa metodologia objetiva-se verificar a existência do personalismo e descobrir quais suas características. Gil (2002, p. 54) assim define o termo “estudo de caso”: “Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”.

Vale destacar que nesse estudo de caso o objetivo do trabalho é levantar elementos que comprovem e presença do personalismo no governo citado. Desse modo, não está no alcance desse estudo verificar todos os aspectos políticos, sociais e econômicos de ambos os governos. Mas, sim apenas aquilo que caracterize o personalismo político.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O PERSONALISMO POLÍTICO E A HERANÇA IBÉRICA

O presente item tem por objetivo compreender a formação do personalismo político no Brasil. Ressalta-se que existe uma bibliografia bem restrita sobre o assunto. Portanto, um dos intuitos desse trabalho é elaborar uma revisão bibliográfica a respeito do personalismo político no Brasil.

Antes de qualquer coisa, é importante salientar que a proposta desse estudo é pesquisar o personalismo político ao molde brasileiro, o que não se compara ao personalismo empregado pelo filósofo francês Emmanuel Mounier¹ em sua obra intitulada com esse mesmo nome: *O Personalismo*. Para o autor o personalismo é terminantemente contrário a ideia de individualismo. Seu enfoque é descentralizar o homem de si abrindo sua fronteira para uma perspectiva comunitária. Sua proposta de personalismo está intimamente ligada à ideia de humanismo, o que foge bastante da proposta do personalismo político brasileiro.

Entender o personalismo político brasileiro implica na análise da obra clássica de Sergio Buarque de Holanda² “Raízes do Brasil”. Sérgio Buarque é considerado um dos grandes intelectuais do século XX. Ele se destacou como um profissional multifacetado, foi jornalista, sociólogo e historiador. Ainda hoje é consagrado como importantíssimo historiador brasileiro. O período que ele morou na Alemanha foi extremamente enriquecedor para sua carreira de historiador. Ao ser questionado por Richard Graham (1982, p. 05) em qual contexto histórico se tornou historiador, ele respondeu:

¹ O personalismo introduzido por Emmanuel Mounier surgiu na França em 1930 através das publicações da revista *Esprit*. Segundo o dicionário de política – Noberto Bobbio o personalismo comunitário tem suas raízes no cristianismo, existencialismo, no pensamento socialista marxista e não marxista. Na visão de Mounier, o universo pessoal não pode ser definido de forma objetiva. Para ele, a pessoa “é uma atividade vivida de autocriação de comunicação e de adesão que aprende e conhece a si mesmo em seu próprio ato como movimento de personalização (BOBBIO, 1998, p. 296) Tal corrente exerceu considerável influência na Europa na década de 1940, destaca-se o estatuto público da pessoa que interviu na Constituição Francesa de 1946.

² Segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Sergio Buarque de Holanda nasceu em São Paulo, em 1902. Atuava em diferentes áreas como jornalista, sociólogo e historiador. Formou-se em direito no Rio de Janeiro, Sergio sempre atraído pela escrita dedicando-se aos estudos sociológicos, produção de ensaios e críticas literárias. Em 1922, participou do movimento modernista e posteriormente fundou a revista *Estética* em 1924. Sob o contexto político da revolução de 1930, Sergio Buarque estava como enviado especial do Diários Associados à Alemanha, Polônia e Rússia. Durante sua viagem à Alemanha despertou-se pela história do Brasil, seu intuito principal era traduzir aos estrangeiros algumas características da cultura brasileira. Quando volta ao Brasil, traz consigo ensaios que posteriormente foram utilizados na obra *Raízes do Brasil*, que só foi publicada em 1936. Sua carreira profissional continuou em constante pujança. Nesse mesmo ano tornou-se professor de história do Distrito Federal. Entre 1937 e 1944, foi chefe da sessão de publicação do Instituto Nacional do Livro e diretor de divisão da Biblioteca Nacional até 1946. Cf. FGV-CPDOC (2014b).

Para a revista bilíngüe [Duco] eu escrevi artigos tentando explicar o Brasil para os alemães. Só quando você está longe é que se consegue ver seu próprio país como um todo. Você o encara sob uma perspectiva diferente. E o Brasil não é fácil de se entender, é difícil.

A partir da resposta do autor infere-se que Sergio Buarque entendia que para ser um historiador é necessário ter a destreza de observar o objeto estudo com distanciamento e assim passar a avaliá-lo sob um prisma diferenciado. Em razão disso, que ele enfatiza “ver como um todo para encarar de uma perspectiva diferente” (GRAHAM, 1982, p.05). Destaca-se que ele possuía um tino bastante aguçado para analisar a sutileza e os detalhes do objeto estudado.

Raízes do Brasil é o livro mais conhecido do autor. A riqueza da análise da formação do Brasil, aliada à perspectiva da época fizeram com que a obra conquistasse bastante respeito, sendo objeto de estudo nos dias atuais. O livro foi publicado em 1936 e tem como intuito principal criar uma imagem da cultura brasileira e investigar as raízes de formação da identidade nacional debruçando olhares seus colonizadores.

Para Sergio Buarque, o brasileiro possui uma característica cultural que o diferencia dos demais povos e tal característica é um fator determinante para a pujança da cultura personalista. Aliás, cultura que o autor chega a afirmar que nenhum outro país vizinho conseguiu desenvolver com o Brasil.

No primeiro capítulo de sua obra, “Fronteiras da Europa”, Sergio Buarque ressalta que a formação da cultura brasileira esteve amplamente influenciada pelas tradições europeias. Nesse sentido, infere-se que os traços culturais deixados pelos colonizadores geraram marcas históricas que favoreceram o surgimento de especificidades na cultura do povo brasileiro. Por esse motivo, o autor disse “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra” (HOLANDA, 1971, p. 03).

Com base na linha de raciocínio apresentadas acima, o autor reitera que muito do comportamento cultural brasileiro vem da herança da nação ibérica. Em suas palavras:

A Espanha e Portugal são, com a Rússia e os países balcânicos (e em certo sentido também a Inglaterra), um dos territórios ponte pelos quais a Europa se comunica com os outros mundos. Assim, eles constituem uma zona fronteira de transição, menos carregada, em alguns casos desse europeísmo que, não obstante, matem como um patrimônio necessário (HOLANDA, 1971, p. 03).

Segundo Holanda (1971, p. 106), uma contribuição importante do povo brasileiro à civilização seria a cordialidade, ao afirmar: “daremos ao mundo o homem cordial”. Isso pressupõe lhanza no trato, hospitalidade, generosidade, virtudes estas características da psicologia do brasileiro.

Antes de aprofundar no estudo do homem cordial, cabe ressaltar dois tipos ideais descritos por Sergio Buarque que servirão de subsídio para compreender a personalidade do povo brasileiro. Para o autor existem dois princípios que orientam a vida dos homens. Esses dois tipos ideias são: o aventureiro e o trabalhador. O aventureiro se caracteriza pela sua maneira audaciosa de observar as coisas. Para ele não existem obstáculos intransponíveis, todos são passíveis de solução. Uma qualidade que resume bem esse tipo é a ambição, na visão de Sergio Buarque o aventureiro é um visionário que enxerga para além do horizonte.

Já o trabalhador, por sua vez, é aquele que mede primeiramente a dificuldade a vencer e não a possibilidade de vitória a alcançar (HOLANDA, 1971). Pela forma como Sergio Buarque descreve o trabalhador observa-se que ele enquadra num personagem metucioso, calculista, porém de visão limitada.

O esforço lento, pouco compensador e persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo proveito do insignificante, tem sentido bem nítido para ele. Seu campo visual é naturalmente restrito. A parte maior do que o todo (HOLANDA, 1971, p. 13).

Sergio Buarque afirma que ambos tipos possuem uma ética própria. O indivíduo trabalhador estaria mais focado nas coisas que lhe agrada, mais precisamente naquilo que desperta prazer em seu trabalho. Portanto, tudo que diz respeito a sua segurança pessoal e estabilidade figuram a ética do trabalhador. Em razão disso: “Nada lhe parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador” (HOLANDA, 1971, p. 13).

Em contra partida, a ética do aventureiro inspira coragem, valentia e o imponderável. Diferentemente do trabalhador esse tipo não está preocupado com os meios. Em sua visão o que é relevante é conquistar o fim desejado, mesmo que para isso seja necessário passar por altos e baixos, vivendo na instabilidade.

Ao descrever o trabalhador e o aventureiro (que são tipos ideais), Sergio Buarque está apresentando a personalidade dos colonizadores brasileiros que de forma direta ou indireta influenciará o padrão comportamental e cultural do cidadão brasileiro. Entretanto, para objeto de estudo desse trabalho será importante limitar-se análise estrita do homem cordial e como essa característica apresenta por Sergio Buarque será decisiva para disseminação da cultura personalista.

Sergio Buarque inicia o capítulo intitulado “O Homem Cordial”, afirmando que o Estado não é uma ampliação do círculo familiar e também não chega a representar alguma união. Para o autor, na verdade pode-se falar em descontinuidade e até oposição de ambas as

entidades. E como se o rito natural da vida guiasse o indivíduo para culto a domesticidade, a vida em família e assim por diante. Mas, a concepção do Estado vem para alterar esse rito fazendo com que o indivíduo seja parte integrante da nova ordem social.

Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. Há nesse fato um trunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do geral sobre o corpóreo e não uma depuração sucessiva uma espiritualização de formas mais naturais e rudimentares, uma procissão das hipóteses, para falar como na filosofia alexandrina. A ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência (HOLANDA, 1971, p. 101).

Retomando os traços da família brasileira, Sergio Buarque considera a cordialidade como uma característica essencial no campo doméstico. Ressalta-se que a cordialidade em nada pode ser confundida com civilidade. Segundo o autor, a hospitalidade, generosidade, são atributos do homem cordial que estão enraizados no indivíduo.

O “homem cordial” é fruto da cultura personalista e patrimonialista da própria sociedade brasileira. A cordialidade representa a primazia de relações humanas que podem se manifestar de maneiras mais simples e direta que contraria a ritualística do comportamento.

Mais adiante Sergio Buarque evidencia que o espírito do homem cordial demonstra sua sutileza até mesmo na religião. Ele relata que no velho catolicismo permite-se tratar os santos com tanta intimidade que beira ao desrespeito. Tal crítica a despeito da forma humanizada com que o brasileiro trata seus santos e a religião em geral pode ser visualizada facilmente em livros de literatura nacional ou em filmes de época. A devoção ao Padre Cícero no nordeste, por exemplo, evidencia com clareza a forma humanizada e íntima como os nordestinos o tratam, é como se o santo fosse membro da família (HOLANDA, 1971).

Sergio Buarque estende seus comentários à língua brasileira. No qual, emprega-se bastante no vocabulário nacional o uso de diminutivos. A terminação “inho” é recorrentemente utilizada para se aproximar mais dos falantes, criar vínculo de intimidade. Tal forma de se expressar serve para familiarizar tanto pessoas como objetos (HOLANDA 1971).

A maneira de viver do brasileiro inspira bastante o caráter emotivo. Sergio Buarque ressalta que nenhuma outra cultura demonstra tal intimismo. Ele argumenta que tal característica chega a ser vista com estranheza pelos estrangeiros. Cita até “um negociante de Filadélfia manifestou certa vez a André Siegfried seu espanto ao verificar que, no Brasil como

na Argentina, para conquistar um freguês tinha necessidade de fazer dele um amigo” (HOLANDA, 1971, p. 108).

De modo geral, a tese de Sergio Buarque na obra *Raízes do Brasil* inaugura a interpretação da adoção de atributos da cultura ibérica que individualizaram aspectos na cultura brasileira. Na verdade, esta é constituída e adaptada segundo os preceitos daquela. Assim, observa-se que a partir da relação personalista, conforme descrito acima, o caráter do homem cordial invadiu a esfera política. Com base nisso, surgiram as confusões entre o público e o privado e demais aberrações que simbolizam a violação do ambiente público.

Entretanto, cabe ainda fazer uma ressalva quanto à periodicidade e duração do conceito do “homem cordial” que foi abordado por Elisa Goldman em seu artigo *A cultura personalista como herança colonial em Raízes do Brasil*. Aquela autora inicia essa argumentação expondo uma carta-resposta de Sergio Buarque à Ricardo Cassiano Ricardo, escrita em 1948. Nessa ocasião Sérgio Buarque enfatiza o grau de mobilidade e historicidade do “homem cordial” (GOLDMAN, 2011, p. 11).

Por fim quero frisar, ainda uma vez, que a própria cordialidade não me parece virtude definitiva e cabal que tenha de prevalecer independentemente das circunstâncias mutáveis de nossa existência. Acredito que ao menos na segunda edição do meu livro, tenha deixado esse ponto bastante claro. Associo-a antes a condições particulares de nossa vida rural e colonial, que vamos rapidamente superando. Com a progressiva urbanização, que não consiste apenas no desenvolvimento das metrópoles, mas ainda e sobretudo na incorporação de áreas cada vez mais extensas à esfera da influência metropolitana, o homem cordial se acha fadado provavelmente a desaparecer, onde ainda não desapareceu de todo (HOLANDA, 1990, p. 145-146).

Goodman (2011) enfatiza que os valores arraigados à cordialidade resultado da herança ibérica estariam em constante transformação na história brasileira. Sergio Buarque relata que com o advento da abolição da escravidão em 1888 o desenvolvimento nacional não seria algo estático, pelo contrario, seria um fato inevitável. Portanto, ele anuncia que o Brasil passará por um processo de revolução lento e profundo que recairá sobre os costumes do brasileiro (GOLDMAN, 2011).

Ainda analisando o personalismo sob a temática do familismo, cabe ainda ressaltar as contribuições de Gilberto Freyre³ em sua obra *Sobrados e Mucambos*, onde o autor expressa

³ Segundo o CPDOC, Gilberto de Melo Freyre nasceu em Recife em 1900. Foi bacharel em ciências políticas e sociais pela Universidade de Baylor, Texas, em 1920, fez pós-graduação em Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais pela Universidade de Columbia, também nos Estados Unidos da América (EUA). Professor de sociologia da Escola Normal de Pernambuco entre 1928 e 1930, nesse último ano foi convidado a lecionar na Universidade de Stanford (EUA) como professor-visitante. Em 1933, publicou sua obra mais conhecida: *Casa Grande e Senzala*, que causou impacto comparável com o de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Diferentemente dos

bastante da vida cotidiana do Brasil a partir de 1808, assim como as confusões entre o público e privado advindas do personalismo.

Na obra *Sobrados e Mucambos*, Gilberto Freyre ocupa-se em estudar a transição do patriarcalismo rural para o urbano. Desse modo, ele evidencia que com ascensão das cidades e vilas a discussão do familismo não se restringia mais à casa-grande e a senzala. Por outra sorte, o novo elemento que entrou em cena foi a confrontação entre os ricos sobrados e dura realidade dos mucambos.

Segundo Jesse Souza, em seu artigo *Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira*, a queda do patriarcado brasileiro está amplamente vinculado ao surgimento da vida urbana. A vinda da família real portuguesa, assim como, a descoberta de metais preciosos em Minas foram decisivos que aceleraram do processo de urbanização e com ele a expressão do familismo e do mandonismo (SOUZA, 2000).

Tal realidade fica bem caracterizada quando se analisa os escritos de Gilberto Freyre (1961, p. LIV) de introdução à segunda edição do livro, ao apresentar o seguinte argumento:

Por onde se vê que o familismo ou o personalismo decorrente do sistema patriarcal inundou, no Brasil, espaços imensos, de nomes de família e de pessoas, de marcas de influência dessas famílias ou dessas pessoas tuteladas e de suas fazendas, de seus engenhos de seus currais, de seus armazéns, de suas casas-grandes, de seus sobrados.

Nessa passagem, Gilberto Freyre relata que o personalismo ou familismo como o autor aborda inundou a sociedade brasileira sem pedir licença. Tal emblema estava incrustado em diversos ambitos da coletividade até mesmo no Estado ou a Igreja. Instituições as quais, o familismo se resvalou por diversas vezes em gerando grandes conflitos.

Mais adiante Gilberto Freyre evidencia no quinto capítulo “Raça, classe e religião” que o estudo sociológico da história brasileira sugere o declínio do patriarcado que pode ser dividido em quatro fases: queda do patriarcado rural, semirural, semiurbano e urbano. O patriarcado rural seria a etapa mais dura de todos eles. Entretanto, o autor endossa que paralelo à queda do patriarcado verificou-se a formação de estruturas particularistas, ou individualistas de organização da família (FREYRE, 1961).

demais escritores, Gilberto Freyre começou a publicar seus textos muito cedo em 1936 quando ele tinha 36 anos publicou sua segunda grande obra: *Sobrados e Mucambos*. Foi também deputado federal por Pernambuco, na legenda da União Democrática Nacional (UDN), de 1946 a 1951. Partidário do movimento político-militar que derrubou o presidente João Goulart em 1964, passou a integrar, em 1969, o Conselho Federal de Cultura, a convite do presidente general Emílio Médici. E vem a falecer em 1987 na cidade de Recife. Cf. FGV-CPDOC (2014a).

Aparecendo mais nitidamente os súditos e depois os cidadãos, outrora quase ausentes, entre nós, tal a lealdade de cada um a seu pai natural ou social, que era o patriarca, o tutor, o padrinho o chefe de família e tal a suficiência de cada um desses pais naturais ou sociais com relação ao pai político de todos e que passou a ser – abaixo de Deus – el-Rei Nosso Senhor, Substituído mais tarde pelo imperador, também pai político não só de patriarcas como de filhos de patriarcas, não só de brancos como de indivíduos de cor, não dos sertões (FREYRE, 1961, p. 355).

Essa peculiaridade da família brasileira citada por Freyre vem ao encontro dos atributos personalistas apresentados por Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil*. O que Freyre mostra e que mesmo com o processo de urbanização e quebra de paradigmas, o qual a sociedade brasileira presenciava. A devoção à personalidade, culto à família e intimismo não deixaram de imperar às mudanças históricas.

É importante ainda complementar a discussão sobre a cultura personalista com a análise elaborada pelo antropólogo Roberto DaMatta⁴, em sua obra *A Casa & a Rua*, que contempla alguns artigos do autor. Vale ressaltar ainda, que a esfera de análise utilizada por DaMatta não é diretamente a mesma de Sérgio Buarque e Gilberto Freyre. Devem-se levar em consideração os períodos históricos que esses três intérpretes escreveram suas obras. Os dois últimos publicaram seus livros em 1936, enquanto *A Casa & a Rua* de DaMatta foi publicada em 1984. Portanto, pretende-se extrair as semelhanças e contribuições de uma obra a outra. Sabe-se todavia, que Roberto DaMatta ao escrever seu livro inspirou nos apontamentos dos outros dois autores.

DaMatta sugere ao leitor uma análise do Brasil orientada pela sociedade relacional. O que ele explica como um olhar direcionado entre as intersecções do núcleo casa e rua. Portanto, o autor afirma que é de extrema importância saber estudar aquele “&” que conecta a casa-grande à senzala no caso da obra de Gilberto Freyre.

⁴ Segundo a Academia Brasileira de ciências, Roberto DaMatta nasceu em 29 de julho de 1936, em Niterói, no estado do Rio de Janeiro, ocupa a cátedra Reverendo Edmund P. Joyce. C.S.C., de Antropologia da Universidade de Notre Dame, onde ensina desde agosto de 1987. É também professor titular licenciado sem vencimentos do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). É Bacharel em História pela Faculdade Fluminense de Filosofia (hoje UFF) em Niterói (1958), obteve um Mestrado e um Doutorado na Universidade de Harvard. Roberto DaMatta foi naturalista auxiliar, pesquisador e professor do Museu Nacional, de 1962 até 1987, quando foi para Notre Dame. No Museu Nacional, foi Chefe do Departamento de Antropologia e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Roberto DaMatta escreveu mais de uma centena de ensaios técnicos, inúmeros artigos para os principais jornais do país e do exterior (inclusive para o New York Times) e publicou onze livros, dos quais se destacam como marcos do pensamento antropológico brasileiro os seguintes ensaios e monografias: *Um Mundo Dividido: A Estrutura Social dos Apinayé*; *Carnavais, Malandros e Heróis*; *A Casa & a Rua*; *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*; *Conta de Mentiroso: Sete Ensaios de Antropologia Brasileira* e *Universo do Carnaval, Torre de Babel*. Seu último livro, escrito em colaboração com Elena Soárez, intitula-se *Águias, Burros e Borboletas: Um Estudo Antropológico do Jogo do Bicho*. Cf. ABC (2014).

Para DaMatta (1997), muitos estudos antropológicos quando se dedicaram a analisar a ideia da casa parecem soar como ambiente privilegiado. Entretanto, é importante concebê-la como um local não estático, mas protagonista de desigualdades. Observa-se que na história brasileira a casa patriarcal é tida como um ambiente de promoção da desigualdade social. No qual, famílias abastadas possuíam funcionários, escravos entre outros, que diferenciava dos seus detentores. Contudo, o autor relata que tal desigualdade só é percebida quando contrastada a casa em oposição a outros espaços.

Mais adiante, DaMatta (1997) afirma que a casa pode expandir ou reduzir de acordo com o foco de oposição. Assim, ele exemplifica que tanto que a casa tanto poder ser o lugar mais íntimo com o quarto de dormir, quanto um espaço mais amplo, observando de uma visão macro. Na qual, atribui-se ao seu país de origem ou sua pátria como sua casa.

Corroborando com o estudo do personalismo, é importante destacar da obra de DaMatta (1997) o que ele classifica com dinâmica de englobamento. Em suas palavras:

O “englobamento” é uma operação lógica em que um elemento é capaz de totalizar o outro em certas situações específicas. No caso brasileiro, a dinâmica é muito familiar. Diante de certos problemas e relações, preferimos englobar a rua na casa, tratando a sociedade brasileira como se ela fosse uma “grande família” vivendo “debaixo de um amplo e generoso teto” obedecendo naturalmente às leis e seguindo a liderança de quem produz o discurso que é, naquele momento, o “nosso líder” e o “nosso guia e pai” (DAMATTA, 1997, p. 17).

A dinâmica do englobamento descrita por DaMatta (1997) é mais um exemplo do familismo apresentado por Sergio Buarque e Freyre, por sinal, oriundo da herança ibérica. Esse mesma tática de englobamento também é utilizada como subterfúgio de rompimento impasses institucionais ou legais. Muitas vezes a lei é suprimida pelo famoso jeitinho ou pelo tipo você sabe com quem está falando? Que não possuem outra origem a não ser o personalismo.

Em decorrência dessa tradição, DaMatta (1997) apresenta que o brasileiro assume uma lógica diferenciada entre casa e a rua. Para ele, em casa povo brasileiro é o supercidadão que compre os seus deveres e respeita a hierarquia familiar. Entretanto, na rua pode ser caracterizado como subcidadãos. “Bem aqui, passamos sempre por indivíduos anônimos e desgarrados. Somos quase sempre maltratados pela “autoridades” e não temos nem paz, nem voz” (DAMATTA, 1997, p. 20).

Nesse sentido, o cidadão na rua não possui a consciência do espaço público. Na sua mente, o público não é de ninguém. Portanto, é “correto” jogar o lixo na rua, que via de regra não será um problema daquele cidadão, mas do governo. De outro modo, ele empenha-se para manter sua casa limpa e organizada.

Por fim, ressalta-se que todos os arquiamentos aqui apresentados corroboram para o entendimento de que o personalismo é um atributo da cultura do povo brasileiro que pode ser manifestado de diferentes formas. Desde a forma de se relacionar com a religião, os trejeitos da linguagem, o intimismo, familismo e até a confusão público privado expressam sua origem no personalismo político. E esse personalismo, por sua vez, surge do enraizamento da cultura ibérica importada dos colonizadores.

No próximo item intitulado “Personalismo político: apurando um conceito” objetiva-se evidenciar a vastidão do conceito de personalismo político apresentado sistemas e características de estado surgiram a partir da relação personalista. Este procura também revelar a orientação do personalismo abordado nesse trabalho.

3.2 PERSONALISMO POLÍTICO: APURANDO UM CONCEITO

No presente item de discussão procura-se definir o objeto de estudo da pesquisa em questão. Tal tarefa não é nada fácil, pois existe uma grande dificuldade por parte da bibliografia em definir o conceito de personalismo político. Muitos são os autores que escreveram a respeito de assuntos correlatos ao personalismo. Entretanto, pouquíssimos chegaram definir o que é o personalismo político de fato, como caracterizá-lo e principalmente como ele surgiu no Brasil, conforme abordado no capítulo anterior.

Antes de adentrar a discussão a que se propõe esse capítulo, é importante de evidenciar que o foco desse trabalho é estudar o personalismo segundo as acepções de Sérgio Buarque de Holanda no livro *Raízes do Brasil*. Essa delimitação do tema não impede que em alguns momentos recorra-se aos argumentos de outros autores como: Raymundo Faoro, José Murilo de Carvalho, Vitor Nunes Leal e tantos outros que elaboraram teses que objetivavam compreender a cultura brasileira.

Desse modo, uma maneira bastante elucidativa de estudar o personalismo é entender as facetas e degenerações de governos frutos das características do homem cordial. O patrimonialismo, clientelismo, coronelismo, assim como, o mandonismo todos transcende de uma mesma matriz ibérica. E embora tais formas de governo não componham especificamente o objeto de estudo do trabalho em questão. Uma análise, mesmo que rápida

de tais conceitos evidenciará a amplitude do tema e em qual parte do todo se situa o foco desse trabalho.

A fim de entender o cerne do conceito de patrimonialismo recorre-se a um clássico interprete brasileiro, Raymundo Faoro que escreveu o livro *Os Donos do Poder* (2000). Em sua obra, no primeiro capítulo, aquele autor, além de definir essa característica de Estado, expressa sua origem no Estado português. Em suas palavras:

A Coroa conseguiu formar, desde os primeiros golpes da reconquista, imenso patrimônio rural (bens “requengos”, “realengos”, “regoengos”, “regeengos”), cuja propriedade se confundia com o domínio da casa real, aplicado o produto nas necessidades coletivas ou pessoais, sob as circunstâncias que distinguem mal o bem público do particular, privativo do príncipe (FAORO, 2000, p. 18).

Neste parágrafo, Faoro (2000) evidencia que o patrimonialismo português é fruto da confusão entre público e privado. Ele relata que tal forma de dominação está muito ligada à ideia do direito costumeiro, no qual o chefe de Estado detém todo o patrimônio e por isso, não existe uma fronteira clara que diferencie aquilo que é de todos e o que é privado.

O patrimonialismo emana da dominação tradicional descrita por Max Weber em seu livro *Economia e Sociedade*⁵. Na visão do autor na referida obra, “a dominação tradicional acontece quando acredita-se na santidade das ordens e poderes dos senhores tradicionais” (WEBER, 2004, p. 148). Weber enfatiza que nessa modalidade de dominação a obediência não está fundada nos estatutos e normatizações legais. Mas, à pessoa que foi indicada pelo senhor das terras ou foi agraciada pelo direito consuetudinário, ou seja, fruto do costume. Vale destacar que as formas de dominação elencadas por Weber são tipos ideais. Desse modo, o autor se utiliza de instrumentos analíticos que não correspondem objetivamente à realidade.

Aristeu Portela, em seu ensaio *Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil* (2012), estabelece as contribuições de Fernandes ao tema. Para Portela, assim como boa parte dos interpretes do Brasil, Florestan Fernandes relatou que com o advento da colonização a ordem social portuguesa foi transplantada para o Brasil. Desse modo, houve uma vontade deliberada na preservação e adaptação dos padrões sociais portugueses.

⁵ O livro *Economia e Sociedade* é uma publicação póstuma. Destaca-se que a versão mais circulada é a quarta edição que foi organizada por Johannes Winckelmann, em 1956. Nessa obra, Weber define três tipos de dominação legítima. São elas: dominação racional, dominação tradicional, e a dominação carismática (WEBER, 2004 p. 141). Neste trabalho analisaremos os dois últimos tipos de dominação, principalmente a dominação carismática que incide sobre o personalismo político. É importantíssimo destacar que esta conceituação trata-se de tipos ideais e não correspondem necessariamente a realidade.

Baseado nesse argumento, Portela (2012) evidencia que Fernandes insere o conceito de patrimonialismo e a partir disso explica como as insígnias do Estado patrimonial são perpassadas na história. Para ele, a terra era empregada: “na base material da transferência e da perpetuação de uma arraigada estrutura de privilégios e da própria dominação patrimonialista” (FERNANDES, 2010, p. 69).

Embora a tese de Fernandes percorra a vertente descritiva do patrimonialismo, Portela destaca que ele conseguiu qualificar o conceito de uma forma diferenciada. Pois, seguindo o raciocínio dos padrões sociais que foram transplantados da Coroa para a Colônia nascente. Ele se ocupa em compreender como esses padrões se adequaram ao se inserirem em uma nova cultura nacional e internacional.

Com base na afirmação supracitada, pode-se vislumbrar diferenças na compreensão histórica de Fernandes e Faoro em relação o patrimonialismo. Pois, para este, segundo as acepções de Portela, a dominação patrimonial teria permanecido praticamente inalterada por um longo período da história brasileira, iniciando com a colonização até pelo menos a ditadura do Estado novo (PORTELA, 2012).

Entretanto, a abordagem de Florestan Fernandes não é tão categórica ao ponto, ele apresenta sua tese de uma maneira mais sutil. Fernandes admite que a burocratização da dominação patrimonialista gerou uma espécie de “dualidade estrutural” Por um lado às formas de dominação tradicionais e de outro as formas de poder oriundas da ordem legal (PORTELA, 2012, p. 23).

O que o autor quer dizer é que as relações patrimonialistas perseveraram entre o senhor e a população escravista que lhe servia, assim como nas relações de grandes prestígios entre o senhor e sua parentela. Contudo, deve-se levar em consideração que o “poder central” que na visão de Portela foi firmada num plano independente e superior “no qual a dominação patrimonialista se fazia sentir apenas de maneira indireta e condicionante” (PORTELA, 2012, p. 23). Tal “dualidade estrutural” favorecia aos senhores a organização de sua dominação política através da ordem legal e simultaneamente possibilitava ao “poder central” meios para impor-se ao patrimonialismo asfixiante.

As contraposições entre os argumentos de Faoro (2000) e Fernandes (2010) apresentadas neste trabalho são incapazes de esgotar discussão a respeito do surgimento e as condições do patrimonialismo no Brasil. Porém, tais teses já nos fornece uma luz de que essa característica de Estado não é propriamente o objeto de estudo desse trabalho. Por mais que as confusões entre público e privado, ou melhor, a usurpação da máquina pública em prol de benefícios privados possa vir a ser as consequências de um líder político que incrusta sua

personalidade ao mandato, ainda não pode-se caracterizar o patrimonilismo como objeto de estudo.

Depois de haver feito um breve levantamento histórico sobre o patrimonialismo convém ainda desvendar o significado do coronelismo. Para tanto, busca-se subsídios no livro *Coronelismo, enxada e voto* (1997), no qual, Vitor Nunes Leal definiu de forma cuidadosa o conceito e inseriu o contexto histórico da política interiorana nacional na República Velha (1889-1930). Aliás, aquele autor já apresenta o conceito nas páginas iniciais do seu livro diferenciando-o do patrimonialismo ao qual tratamos anteriormente.

Em suas palavras: deve-se conceber o coronelismo como resultado da superposição de forma desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constitui fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa (LEAL, 1997, p. 40).

Na visão de Leal (1997), o coronelismo é antes de tudo uma troca de favores entre o poder público cada vez mais fortalecido e a decadente influência dos chefes locais. Desse modo, a estrutura do coronelismo fundava-se na figura do coronel, possuidor de grandes glebas de terras que comandava a seu bel prazer um grande curral eleitoral. Geralmente guiados por votos de cabresto, principalmente em função da disparidade da posição econômica de destaque entre o coronel e a precariedade do roceiro.

Fernando Limongi, em seu artigo *Eleições e Democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a transição de 1945* (2012), argumenta que o controle exercido pelos coronéis da época minavam a possibilidade do voto da população miserável do campo fosse disputada por forças opositoras. Desse modo, os coronéis se colocavam numa posição monopolista, no qual, todos que desejassem os votos do seu curral deveriam antes de tudo negociá-los com o coronel. Assim, qualquer partido ou político que tivesse o apoio do coronel possuía votos certos que podiam até ser contabilizados antes mesmo do dia da eleição.

Esta relação de encabrestamento entre coronel e a população miserável também ainda não pode ser caracterizada como enfoque principal do trabalho. Entretanto, já fornece mais uma vertente do personalismo. Mas, antes de adentrar profundamente na conceituação do tema é necessário investigar ainda o significado do mandonismo e o clientelismo na política brasileira.

Procuro ainda discutir esses dois conceitos que são importantíssimos nessa definição de princípios e sistemas que circundam o personalismo político. Para José Murilo de Carvalho, em seu artigo *Coronelismo, mandonismo e clientelismo: uma discussão conceitual* (1997), estes são conceitos muito próximos. E geralmente, fruto de recorrente imprecisão e inconsistência no seu uso, principalmente quando se refere aos brasilianistas, ou seja, autores estrangeiros que estudam o Brasil.

Na visão de Carvalho (1997, p. 02), “mandonismo refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder”. Para aquele autor, o mandonismo não pode ser caracterizado como um sistema. Mas, deve ser admitido como uma tendência da política tradicional. No mandonismo um indivíduo detentor de recurso estratégico, posses, bens exerce um domínio sobre a população coagindo e cerceando seus direitos de cidadão.

Carvalho (1997) anuncia que essa tendência da política tradicional é inversamente proporcional ao à ascensão dos direitos civis, políticos e sociais. O mandonismo percorre um caminho que levará a sua extinção por completo à medida que tais direitos são amplamente incorporados à sociedade contemporânea. Entretanto, o mandonismo também não pode ser caracterizado como personalismo político seguindo a proposta desse trabalho.

Por fim, analisarei o clientelismo que muitas vezes foi bastante confundido com o coronelismo na bibliografia. Para Carvalho, o clientelismo sempre foi empregado de maneira frouxa na literatura (CARVALHO, 1997).

Nas palavras de Carvalho (1997, p. 03), o clientelismo, “de modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de empregos, benefícios fiscais, isenções em troca de apoio político, sobre tudo na forma de voto”.

De forma inversa ao coronelismo e ao mandonismo, o clientelismo ainda é um tema bastante atual na política brasileira, principalmente no que se refere às concessões de cargos no serviço público em troca de votos. Carvalho (1997) chega a argumentar em seu artigo que o clientelismo possui uma curva de evolução ascendente com leves oscilações para baixo. Tais oscilações, talvez surjam em função da legislação atual que privilegia a meritocracia e limita o número de cargos comissionados, dentre vários outros motivos.

Em favor da governabilidade os partidos políticos trocam votos por empregos no serviço público geralmente em ministérios e secretarias de estado. Tudo isso, feito de forma deliberada. Aquele cabo eleitoral que consegue angariar muitos votos para um deputado sempre terá sua vaga garantida em algum lugar do governo. Todavia, o clientelismo também não se trata do conceito de personalismo na forma em que o trabalho pretende abarcar.

Depois de discutir cuidadosamente cada um desses conceitos, o que vem a ser personalismo político? A fim de responder essa questão analisa-se um pouco história portuguesa e também da teoria weberiana, em que ele define três tipos de dominação, no caso em questão, o que nos interessa é a dominação carismática.

Pode-se estabelecer uma boa relação entre o personalismo político e o mito de veneração do movimento sebastianista português do século XVI. Antes de qualquer coisa vale destacar que não faz parte da proposta desse trabalho averiguar a veneração de líderes políticos nos dias atuais aos moldes que o movimento se propõe. Entretanto, tal narrativa trará subsídios que possibilitará uma mais adequada da dominação carismática.

Leonardo Soares Barbosa, em sua tese de mestrado intitulada *O quinto império: pragmatismo e profecia nos escritos do Padre Antônio Vieira* (2010), revela as grandes contribuições de Viera ao movimento sebastianista através de sua obra *História do Futuro*. Muitos dos escritos de Viera foram influenciados pelas trovas de Bandarra, classificado por Barbosa com um dos principais escritores das crenças messiânicas e milenarista da história portuguesa (BARBOSA, 2010).

Barbosa (2010) afirma que o nascedouro do sebastianismo se dá após o desaparecimento de Dom Sebastião durante a batalha de Alcácer-Quibir, mais precisamente em 1578, onde o rei português objetivava retomar a expansão ultramarina e reaver possessões em terras africanas.

Desse modo, aquele autor registra em seu trabalho a existência de uma esperança nacional na crença em um rei escolhido por Deus que votaria para literalmente salvar a nação. Barbosa (2010) até destaca que o Padre Antônio Vieira, seguido por vários outros autores testificavam que a crença nacional era que Dom Sebastião não só regressaria à Coroa Portuguesa, mas seria elevado à categoria de rei do mundo.

Vale salientar que não cabe aqui discutir qual o destino de Dom Sebastião em sua jornada de guerras. Se ele faleceu naturalmente, se foi assinado durante uma batalha ou até se ele teria alguma possibilidade de reascender ao seu reinado. O que importa neste trabalho é evidenciar o que levou multidões e mais multidões a acreditar no seu regresso e mais do que isso, esperar confiante ao retorno de um rei salvador.

Essa veneração a Dom Sebastião expressa a admiração e a crença que os súditos depositavam à figura do rei. Voltando para o contexto atual, não é difícil citar líder políticos que disponham de tal característica. Nesse momento, estou me referindo aos posicionamentos diferenciados de políticos que conseguem atrair a admiração de vários eleitores em função de suas características comportamentais.

O personalismo político, assim como o movimento sebastianista está intimamente ligado à ideia de dominação carismática interpretada por Weber em seu livro *Economia e sociedade* (2004). Para aquele autor, a dominação carismática é fruto de uma atribuição de foro pessoal muito semelhante à devoção a ídolos e profetas na religião.

Em suas palavras: Denominamos “carisma” uma qualidade pessoal considerada extracotidiana (na origem, magicamente condicionada, no caso tanto dos profetas quanto dos sábios curandeiros ou jurídicos, chefes de caçadores e heróis de guerra) e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanas ou pelo menos, extracotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como “líder” (WEBER, 2004, p. 158-159).

Antes de qualquer coisa, vale lembrar que essa conceituação de Weber (2004) são tipos ideais e não correspondem à realidade propriamente dita. Aquele autor não deixa muito claro as características do carisma, para ele o que realmente importa é analisar como se processa a relação de veneração entre dominador e dominado. Na dominação carismática os seguidores admiram o seu dominador independentemente dos estatutos legais ou qualquer tradição que lhe garanta uma posição de destaque. Weber autor chega argumentar que esse tipo de dominação é irracional no que diz respeito a observância das regras.

O que está em evidencia nesse tipo de dominação é o atributo pessoal do líder que desperta a veneração por parte dos liderados independente de sua vontade. Em razão de ser qualidade comportamental, o carisma só pode ser despertado, ou seja, um líder já nasce com essa característica. Assim, não teria como ensinar tal faceta a alguém.

Weber (2004) argumenta que a validade do carisma está fincada nas provas de veneração e na confiança no líder por parte da população. Todavia, esse reconhecimento não é a causa fundante da legitimidade, outrora é um dever dos liderados reconhecer a virtude do líder agraciado. “psicologicamente, esse “reconhecimento” é uma entrega crente e inteiramente pessoal nascida do entusiasmo ou da miséria e esperança” (WEBER, 2004, p. 159).

Após estudar vários conceitos que nasceram a partir da ideia de personalismo, entender o mito sebastianista e realizar uma fundamentação teórica com os postulados weberianos. Cabe agora, analisar o governo de dois líderes personalistas que despertaram e ainda despertam grande prestígio por parte da população. O terceiro e último capítulo desse trabalho propõe um estudo de caso entre a era Vargas e o Governo Lula. Desde primeiro ano do primeiro mandato de Vargas em 1930 ao último ano do segundo mandato do ex-presidente Lula somam-se setenta e sete anos. De posse desse recorte temporal objetiva-se angariar mais

insumos que possibilite responder seguinte pergunta: por que o personalismo político resiste às mudanças históricas?

4 ESTUDO DE CASO: ERA VARGAS E O GOVERNO LULA

A fim de compreender a dinâmica do personalismo político é essencial analisar o comportamento de governos que disponham de tal atributo. Portanto, faz-se necessário o estudo comparado do governo de dois ex-presidentes, Getúlio Vargas e Lula que despertaram um prestígio sem precedentes por parte da população. Não é difícil conversar com pessoas mais velhas que tenham vivenciado o governo Vargas e colher delas relatos altamente positivos em relação ao governo, as aquisições sociais, o desenvolvimentismo e principalmente a admiração que possuíam por esse líder. Tais afirmações não se restringem às pessoas que viveram a época, muito das características do governo Vargas e principalmente do líder Getúlio Vargas está grafado em manuais didáticos, livros de história que remontam a personalidade Varguista.

De semelhante modo, Lula também ainda é ovacionado como líder carismático, conciliador que ascendeu do chão de fábrica à direção do Brasil. Vale ressaltar, que Lula dispõe do maior índice de aprovação já registrado na história. Apenas algumas dessas características citadas de ambos ex-presidentes já revelam os motivos pelos quais ambos foram escolhidos para exemplificar o personalismo político brasileiro e dessa forma responder a pergunta tema desse trabalho: Por que o personalismo resiste às mudanças históricas?

Antes de adentrar ao estudo estrito de ambos governos, faz-se necessário analisar uma característica que persegue tanto Vargas como Lula. Tal característica é o estilo de governo populista. Assim, surge a necessidade de entender o populismo, diferenciá-lo de outras formas de dominação e verificar principalmente, qual atributo desse estilo de governo está atrelado ao personalismo político.

O populismo conforme se propõe estudar neste trabalho alinha-se à ideia de populismo no sentido político, apresentado por Marques e Mendes (2006) em uma citação em seu artigo *O social no governo Lula: construção de um novo populismo em tempos de ampliação de uma agenda neoliberal*. Nessa citação, aquelas autoras referem-se ao populismo como uma “ação política que toma como referencia e fonte de legitimidade o cidadão comum cujos interesses pretende representar” ou “política fundada no aliciamento das classes sociais de menor poder aquisitivo” (MARQUES; MENDES, 2006, p. 26).

A concepção do populismo político, proposta acima, afasta-se bastante da visão do populismo econômico defendida por Bresser Pereira, que está diretamente orientada pela questão da indisciplina fiscal do estado. Sob o olhar dessa tese, o governo gastaria mais do

que sua capacidade de arrecadação. Porém, esse argumento do populismo econômico não condiz com o foco em que se propõe analisar nesse estudo (MARQUES, 2006).

Para Francisco Weffort⁶, em seu livro *O populismo na política brasileira* (2003, p. 69), esse estilo de governo foi:

A expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito afinados na história brasileira e do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que se apoiar sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da ditadura Vargas (1937-45) seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes massas da democracia do pós-guerra (1945-64).

O mais importante na citação acima é entender o período temporal em que se instalou o populismo no Brasil, além disso, evidência-se a forte ligação entre a posição paternalista de um líder e a influência do carisma nesse estilo de governo. Mais adiante o autor enfatiza algumas características fundamentais do populismo brasileiro. “A personificação do poder, a imagem (meio real e meio mística) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação das massas populares urbanas” (WEFFORT, 2003, p. 69). Destaca-se a personificação do poder a qual se pretende explorar mais profundamente nesse trabalho.

Weffort (2003) argumenta que nesse estilo de governo o chefe de estado assume a posição do grande árbitro da sociedade. Desse modo, em muitos momentos o líder populista se confundiria com a instituição do Estado. Assim, ele deixaria expressar seus desejos e paixões tomando atitudes que não necessariamente sejam o melhor para o Estado. Mas, sim aquilo que move seu ego.

Em seu livro, Weffort (2003), quando estuda o populismo como um fenômeno de massas relata que para uma compreensão adequada de tal estilo de governo, faz-se necessário analisar as classes sociais que circunscreve tais governos. Aquele autor chega a dizer que o “populismo brasileiro, em qualquer de suas formas, só pode ser compreendido adequadamente como expressão política de interesses determinados de classes” (WEFFORT, 2003, p. 25). Logo a frente, ele faz uma ressalva afirmando que os conceitos de massa e povo são bastante abstratos para tal fim. Desse modo, ele sugere uma análise da revista nacionalista *Cadernos do Nosso Tempo* que propõe as seguintes condições para o governo populista:

⁶ Paulista nascido em 1937, Francisco Weffort obteve seu doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) abordando o tema populismo e classe sociais. Weffort organizou e publicou diversos livros. Entretanto, destaca-se a obra *Os clássicos da Política* – que é bastante conhecido.

1- “massificação” provocada pela “proletarização” (de fato, mas não consciente) de amplas camadas de uma sociedade em desenvolvimento que desvincula os indivíduos de seus quadros sociais de origem e os reúne na “massa”, “conglomerado multitudinário de indivíduos, relacionados entre si por uma sociabilidade periférica e mecânica”; 2- perda da “representatividade” da “classe dirigente”- e, em consequência, de sua “exemplaridade” – que, assim se transforma em “dominante”, parasitária; 3- aliadas estas duas condições à presença de um líder dotado de carisma de massas, teríamos todas as possibilidades para o populismo se constituir e alcançar ampla significação social. (Cadernos do Nosso Tempo. N. 2, 1954)

Weffort (2003) afirma que esse esquema ainda é incapaz de representar com exatidão de especificidades os diferentes governos populistas. Neste sentido, “a massa, entendida como ineficácia dos padrões e valores estabelecidos pelas camadas dominantes” (WEFFORT, 2003, p. 26) revelam-se espaços e deveriam levar em consideração vinculação histórica que compõe a origem de tal estilo de governo.

Com o objetivo de entender a origem do populismo, Weffort (2003) faz uma distinção entre o coronelismo e populismo. Para isso, é importante resgatar o conceito de coronelismo discutido no segundo capítulo desse trabalho que observa a conceituação de Victor Nunes Leal (1997). Weffort em sua obra cita uma passagem do livro *Coronelismo, enxada e voto*, onde tem-se:

O coronelismo atua no reduzido cenário do governo local: seu habitat são os municípios do interior, o que equivale a dizer os municípios rurais (LEAL, 1997, p. 181).

Por consequência, o isolamento social da localidade semiurbana, acompanhado da rarefação do poder público, é fator importante na formação e manutenção do coronelismo, que se caracteriza pela incursão do poder privado no domínio político; ou melhor que “é dominado por uma relação de compromissos entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido” (LEAL, 1997, p. 122).

Weffort (2003) adverte que o populismo e o coronelismo coadunam em apenas um aspecto que é a relação de identificação e respeito entre líder e a sua base. Portanto, vale destacar algumas das inúmeras diferenças entre essas duas formas de dominação. Primeiramente, segundo aquele autor, no âmbito do coronelismo a relação entre o senhor das terras e sua clientela estão atreladas a vínculos econômicos, haja vista, que normalmente grande parte dessa clientela é formada por empregados e capachos que dependiam financeiramente da contribuição do coronel.

De outra sorte, Weffort (2003) expõe que o populismo presume uma relação de liberdade entre o chefe político e sua base, que nessa situação, independem da coerção tradicional ou econômica. Em suma, aquele autor conclui que o coronelismo conclama uma relação de compromisso entre o poder público e o poder privado representado pela imagem do

coronel. “já o populismo é, essencialmente, a exaltação do poder público, é o próprio Estado colocando-se por meio do líder em contato direto com os indivíduos reunidos na massa (WEFFORT, 2003, p. 28).

Na busca de conhecer as especificidades da era Vargas analisou-se as contribuições de Robert Levine⁷ em sua obra *Pai dos podres? O Brasil e a Era Vargas*. Neste livro, aquele autor faz uma síntese da trajetória de Vargas, analisando de transformações sociais e comportamentais do líder político durante 24 anos da história brasileira. Que se inicia em 1930 com a entrada de Getúlio Vargas no poder e se finda em 1954 com o seu suicídio. Uma das perguntas que o trabalho de Levine objetiva responder é: qual seria o legado político de Vargas que levou a milhares de pessoas reverenciá-lo?

Com base nos escritos de Levine, Getúlio Dornelles Vargas nasceu em 19 de abril de 1883 no município de São Borja, próximo à fronteira da Argentina, no Rio Grande do Sul. Iniciou seus estudos em São Borja, entretanto foi encaminhado à Escola Militar em Ouro Preto Minas Gerais. Aos quinze anos de idade alista-se na infantaria almejando a indicação para a academia militar de Rio Pardo.

Ele cursou a faculdade de direito na Escola de Direito de Porto Alegre, na qual recebeu o diploma de bacharel em 1907. Como não objetivava exercer a advocacia, tornou-se promotor público. Levine evidencia que em 1909, Vargas assume seu primeiro cargo eletivo na Assembleia legislativa do Estado com apenas 26 anos de idade (LEVINE, 2001, p. 35).

Em 1923, Vargas disputa uma cadeira de deputado na Câmara Federal, onde tornou-se líder da bancada de seu estado. Ao final do ano 1926 Vargas foi nomeado ministro da Fazenda por indicação de Washington Luiz. Um ano depois, ele retorna ao seu estado assumindo o cargo de governador (LEVINE, 2001, p. 37-38).

Mais adiante, o historiador relata em 1929 a situação que desencadeou a revolução de 1930. Na qual, o então presidente Washington Luiz relutava em indicar Júlio Prestes para ocupar a sucessão presidencial. Entretanto, um acordo às escuras entre o estado de Minas Gerais e o Rio Grande do Sul possibilitou a candidatura de Vargas pela recém-criada Aliança Liberal (LEVINE, 2001, p. 39).

⁷ Nascido em 1941, Robert M. Levine foi historiador e diretor do Departamento de Estudos Latino – Americanos da Universidade de Miami. Brazilianista e estudioso da América Latina, Levine escreveu diversos trabalhos a respeito do populismo. Em 1980 lança a publicação do livro *Pai dos podres? O Brasil e a Era Vargas*, que foi resultado de três décadas ostensiva pesquisa. Dentre outras obras escritas pelo autor destacam-se: *O regime de Vargas* (1970; 1980, Nova Fronteira), *O sertão prometido: O massacre de Canudos* (1995, Edup) e *Brasílian Legacies* (1997). Levine faleceu em 2003, após lutar contra o câncer.

Segundo as acepções do autor, Vargas não demonstrava tanta empolgação com a candidatura. Ele revela que em carta a Washington Luiz, Vargas afirmou que só aceitou o convite da Aliança liberal por receio que seu estado sofresse retaliação por parte do estado de Minas Gerais. De outro lado, a ala radical da Aliança Liberal já discutia a possibilidade de uma revolta armada (LEVINE, 2001, p. 40).

Entretanto, o que observou-se ao final das eleições foi a derrota da Aliança Liberal que receberam setecentos mil votos, enquanto Júlio Prestes obteve 1 milhão de votos. A Aliança Liberal recusou aceitar o resultado da eleição e em poucos momentos foi deflagrada a revolução que levou Vargas ao poder, instaurando o governo provisório (LEVINE, 2001, p. 42).

Para Van Berto José Rossi, em seu artigo *As duas faces do primeiro governo Vargas*, o governo de Getúlio estava cercado de uma dicotomia, de um lado observa-se o Vargas como um líder populista que cegou os olhos da população, praticando a política do cabresto que objetivava o desenvolvimento da esfera pública e social a todo custo. De outro modo, via-se o governo Vargas sob o caráter autoritário e centralizador disfarçado de democracia nacional-desenvolvimentista (ROSSI, 2012).

Em suas palavras: O governo Vargas foi caracterizado por duas faces: uma populista e outra despótica. Ao mesmo tempo em que se aproximava das massas e satisfazia algumas das suas principais necessidades, a essas mesmas ele impunha uma ditadura. De outro ângulo, não seria possível manter um alto nível de crescimento econômico, como foi alcançado na época, sem um Estado centralizado e sistematizado, sem uma distribuição razoável do poder e sem um aparelhamento público minimamente organizado (ROSSI, 2012, p. 06).

Levine quando escreve a respeito da ideologia e nacionalismo da época. Argumenta sobre a influência da Igreja Católica Apostólica Romana no governo Vargas. O historiador evidencia que desde o início do governo provisório o intuito da Igreja era “recristianizar” o Brasil.

Desprovida de pessoal, com uma alta porcentagem de padres estrangeiros, a Igreja optou por atingir a população católica mediante a legislação e o estado, atitude da qual a única exceção foi a escolha de Nossa Senhora Aparecida, de pele escura, padroeira do Brasil em 1904 (LEVINE, 2001, p. 62).

Observa-se que Vargas estava de acordo com muitas das intenções da Igreja. Isto fica claro quando se examina algumas medidas de seu governo. Levine revela que Vargas permitiu o ensino de educação religiosa nas escolas públicas, além de fixação de crucifixos em repartições públicas e apoio à jurisprudência que impedia o divórcio (LEVINE, 2001, p. 63).

Pode-se fazer um paralelo entre tal intervenção da Igreja Católica no governo Vargas e os argumentos de Holanda no início desse trabalho. Na visão de Holanda (1971), o homem dispõe de atributos que costumeiramente o leva a transpor todas as suas relações para nível da intimidade e isto principalmente na forma de se relacionar com a religião. As ações da Igreja Católica supracitada podem servir de exemplo de como os laços religiosos exacerbavam o ambiente familiar e invadiam a esfera política de maneira institucionalizada.

No Estado Novo (1937-1945), Vargas instituiu diversas inovações no âmbito da administração pública que representaram ganhos para o governo da época. Destaca-se a criação do Departamento da Administração Pública (DASP). Tal departamento favoreceu a expansão de políticas sociais e ainda evitou conflitos entre grupos rivais nos estados. Além das conquistas trabalhistas que foi a principal bandeira varguista desde sua entrada no poder.

Entretanto, o objetivo de parte desse capítulo é revelar quais os elementos que comprovam a presença do personalismo político no Governo Vargas e como se processou a relação desse personalismo com a sociedade da época. Levine (2001) evidencia Vargas como uma liderança altamente paternalista. Sua presença de político conciliador tranquilizava o público. Segundo aquele autor, durante o Estado Novo, Vargas percorria diversas áreas do país promovendo comícios e discursos, o que para ele era uma atividade natural uma vez que dispunha de grande habilidade para falar em público e despertar prestígio de multidões.

A maneira de falar de Vargas evoluiu. Antes de 1938, ele dizia “meu governo”, “nossa organização”, “nossa vontade”; mas no decorrer de 1938, sob a orientação atenta do Departamento de Propaganda, passou a palavra “eu”. Tinha feito a transcrição para uma identificação de si próprio como as massas, a que se dirigia como “trabalhadores do Brasil” e as expressões que usava eliminavam quaisquer intermediários entre o povo e o governo. Deixava naquele momento muito claro que estava ao lado das massas, que ele e o povo eram um só (LEVINE, 2001, p. 92).

A citação acima mostra com riqueza de detalhes a questão da personificação do ideário de Varguista. O grande intuito era transparecer uma imagem de Vargas como um líder salvador da causa trabalhista que estava próximo proletariado e que não existia nenhuma outra opção possível a não ser render aos encantos do trabalhismo. A final de contas, o grande sonho da massa na época era obter um emprego digno e salários justos.

Levine (2001) revela que um dos órgãos mais importantes durante o período do estado novo foi o Departamento de Propaganda (DIP). Tal órgão controlava tudo que era divulgado na imprensa. A ele foi atribuído a responsabilidade de censurar toda mídia pública. Aquele autor apresenta alguns dados que exemplificam o quanto esse departamento influenciava a

população principalmente no que se refere ao sentimento nacionalista. Em 1938 aproximadamente 60% de todos os artigos em revistas eram frutos do DIP (LEVINE, 2001).

A frente do DIP estava um jornalista e amigo de Vargas chamado, Lourival Fontes. Levine (2001) afirma que Fontes foi a mola mestra na construção da imagem do herói Vargas. Em suas palavras:

Foi ideia de Fontes retratar o afável chefe de Estado como “pai dos pobres” cobrindo a nação de propaganda, popularizando um novo vocabulário de veneração ao herói (a “voz”, como em “a voz do povo”, era uma das palavras sagradas, “povo”, outra). Vargas trabalhou com afinco para aperfeiçoar os maneirismos e o jeito de falar que contribuíram para sua imagem de líder competente e paternalista (LEVINE, 2001, p. 95).

No final de 1945, Getúlio Vargas foi deposto por um golpe militar. Entretanto, este não representa o final de sua carreira política. Haja vista, que ele ainda disputou e foi eleito ao cargo de Senador ainda em 1945 e posteriormente regressa “nos braços do povo” conforme os dizeres da época, por meio do voto popular.

Para Levine (2001), o regresso de Vargas foi baseado em dois triunfos táticos: o “getulismo” e o “trabalhismo”. Este era responsável pela promoção do movimento trabalhista e também pelas ideias do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). “O trabalhismo cedia ao Estado à responsabilidade das iniciativas legislativas, sempre buscando preservar uma harmonia política entre capital e trabalho” (LEVINE, 2001, p. 120). Já o getulismo, por sua vez, inspirava personalidade do presidente Vargas, assim como, sua orientação para o nacionalismo econômico e governamental. Na visão de Levine o populismo varguista não expressava apenas os desejos pessoais do presidente. Mas, também cumpria o objetivo de transformação do status cor que imperava na República Velha.

Uma das facetas de Vargas que mais se assemelha ao “homem cordial” de Holanda (1971) é a sua generosidade no trato para com os diferentes públicos. A habilidade de grande negociador, cordialidade são atributos da personalidade varguista. Vargas sabia lidar facilmente com o mais humilde operário e ao mesmo tempo com o mais rico dos industriais. Vale destacar, não era só saber lidar com essas duas classes tão dispares. Mas, ao mesmo tempo ele dispunha de alto prestígio por parte de ambas as classes.

Levine (2001) relata que por mais que as elites relutassem em aceitar Vargas no poder, ele conquistou o respeito dos mais abastados. E sua característica de líder negociador, metódico, que sabia adequar às realidades contribuiu para o sustentáculo de tal admiração.

Quem mais admirava Vargas eram, em geral, os políticos e os jornalistas, espantados com sua sagacidade política. Sentiam-se à vontade com a preferência de Vargas pela negociação, e não pela luta partidária. Os homens de negócios e cafeicultores de São Paulo, que levantavam armas na insurreição contra seu governo em 1932, amoleceram quando ele lhes concedeu um benefício financeiro inesperado, ao subsidiar preços enquanto as exportações caíam (LEVINE, 2001, p. 143).

Os trabalhadores das classes mais baixas o veneravam, não só em função da liderança carismática de Getúlio. Mas, também pelos avanços na área social que ele proporcionou ao país. Dispor de uma legislação, que instituiu o direito a férias remuneradas, salários dignos, limitação de jornadas de trabalho também contribuiu para identificação entre os trabalhadores e Vargas.

Entretanto, a visão de um líder abençoado, agraciado por Deus não estava distante do cotidiano brasileiro. Levine (2001, p. 144) cita uma Charge desenhada por Canini durante a campanha presidencial de 1950 que capta essa atitude: “Getúlio aparece sorridente, e, vigiando-o, vemos um enorme anjo de pele escura e carrancudo, que ergue um punho fechado e estende a outra mão sobre a cabeça de Vargas, protegendo-o”.

Levine (2001) argumenta que a relação de Vargas com proletariado brasileiro muito se assemelha a relação padrinho afilhado costumeira do interior do país no século passado. No qual, os pais buscavam segurança para seus filhos entregando-os à responsabilidade de padrinhos que geralmente eram os senhores de terras. Aquele autor cita registros de batismos no nordeste que atribuem o apadrinhamento a figuras altamente carismáticas como Antônio Conselheiro e Padre Cícero.

Essa devoção pela figura de Getúlio Vargas fez com que diversas pessoas afirmassem que ele era o padrinho do Brasil. Tal característica está diretamente ligada à ideia de familismo de Freyre (1961) e o personalismo apresentado por Holanda (1971) no primeiro capítulo desse trabalho. Mais uma vez a lógica da vida íntima é transportada para esfera política, tornando-a cada vez mais personalista.

Cabe citar ainda o nível de devoção de certos cidadãos carentes pela figura Getúlio Vargas. Levine relata o exemplo da senhora Carolina de Jesus que em meio ao sincretismo religioso rogava pedidos a figura do presidente Getúlio Vargas.

Para os que adotavam essas crenças, Getúlio era um santo milagreiro com quem comungavam espiritualmente com quem comungavam espiritualmente. Decoravam seus pequenos altares com a fotografia dele e lhe faziam pedidos pessoais da mesma forma como as estátuas de barro do padre Cícero, o padre milagreiro destituído das funções sacerdotais cuja comunidade religiosa em Juazeiro, no sertão do Ceará, coexistiu com o governo de Vargas durante a década de 30, tendo exercido considerável influencia na política (LEVINE, 2001, p. 150).

Todavia infere-se que não são poucos os exemplos que evidenciam presença personalismo político durante todo o governo Vargas. Sua personificação do poder está em destaque até mesmo na carta-testamento, a qual foi encontrada ao lado de seu corpo após ter cometido suicídio. Existem algumas divergências quanto à autoria da carta, uma vez que foram encontradas duas versões da carta, uma escrita e outra datilografada. Mas, deixando essas divergências de lado. É importante ressaltar que essa carta confirma o personalismo político de todo seu governo, apresentando perante a população como um mártir que resolveu entregar sua vida em favor do País.

Essa renúncia da vida em favor da população fica bem visível no seguinte trecho:

[...] Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida [...]. (VARGAS, 1954).

Por fim, Vargas (1954) encerra sua carta colocando-se com o grande salvador da sociedade brasileira. Ele vai além, diz que ninguém poderia escravizar esse povo, pois se infere que ele teria aberto os olhos da população sob a égide dos ganhos sociais e econômicos auferidos naquela época. Concluindo, Vargas afirma que sua morte ou “sacrifício” estaria eternizado nos umbrais da história. Em suas palavras:

E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História (VARGAS, 1954).

Após levantar esse histórico da atuação de Vargas enquanto presidente do Brasil, cabe ainda avaliar também os comportamentos de Lula no poder que tipificam o personalismo político. Espera-se, desse modo ter os subsídios necessários para salientar o que favoreceu permanência do personalismo em governos tão distantes.

Com base no acervo histórico da Biblioteca da Presidência da República⁸, Luiz Inácio Lula da Silva nasceu em 27 de outubro de 1945 no interior de Pernambuco, na cidade de Garanhuns. Em 1952 deixa o sertão migrando para o litoral paulista. Aos 12 anos de idade, Lula já começava a trabalhar numa fábrica de parafusos, na qual, torna-se metalúrgico.

Em 1969 começa a fazer parte do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Momentos depois foi eleito a presidente do sindicato com 92% de aprovação dos filiados. Daí em diante o movimento só foi ganhando maiores proporções, em 1979 Lula, já representava mais de 170 mil metalúrgicos. O apelo pelas questões trabalhistas somadas às limitações de greves corroboraram para a organização do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1982.

Já em 1986, Lula foi eleito com o maior número de votos para a Assembleia Constituinte. Anos mais tarde, em 2002 foi eleito pela primeira vez com 53 milhões de votos e posteriormente, reeleito consagrado com a maior votação da história do país. Os tempos de glória de Lula não param por aí. Durante os dois mandatos, Lula foi um líder bastante carismático e que despertou respeito e prestígio por sua imagem. Perry Anderson (2011, p. 23) chega enfatizar que:

Hoje, existe apenas um governante no mundo que pode reivindicar tal conquista, o ex-operário que em janeiro deixou a presidência do Brasil com uma aprovação de 80% dos cidadãos. Por qualquer critério, Luiz Inácio da Silva e o político mais bem-sucedido de seu tempo.

Diversos motivos coadunaram para que Lula fizesse um bom governo e conquistasse tamanha aprovação por parte dos cidadãos brasileiros. Anderson (2011, p. 24) cita: “esse sucesso se deve muito a um excepcional conjunto de dons pessoais, uma mescla de sensibilidade social afetuosa e frio cálculo político”. A perseverança e cordialidade do nordestino que driblou com tamanha maestria o determinismo geográfico também asseguram essa avaliação tão positiva do governo Lula.

André Singer, professor do departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), publicou um artigo intitulado *Raízes sociais e ideologias do lulismo* (2009). No referido texto, aquele autor explica que houve um realinhamento eleitoral em 2006, que sugeriu uma aproximação das classes mais baixas e o esquivamento da classe média. A razão para tal acontecimento ficaria na mistura ideológica impetrada pelo PT que buscou casar medidas de estabilidade e ações distributivas (SINGER, 2009).

⁸ Cf. Brasil (2014).

Os dados mostram que o lulismo foi expressão de uma camada social específica, e o descolamento entre eleitores de baixíssima renda e de “classe média”, que apareceu nos debates pós-eleitorais sob a forma de “questionamento do real papel dos chamados formadores de opinião, outorgou um caráter único a eleição de 2006 (SINGER, 2009, p. 86).

Singer (2009) apresenta diversas hipóteses de tal realinhamento desempenhado pela classe “subproletária”. A qual, ele define como pessoas que oferecem suas forças de trabalho, entretanto não encontram pessoas dispostas a contratá-las. Em geral, são empregados domésticos e pequenos assalariados.

O argumento inicial gira em torno da possibilidade do realinhamento está diretamente ligado aos benefícios do programa Bolsa Família. Seguindo esse raciocínio, Carreirão (apud SINGER, 2009) levanta a possibilidade desse auto número de votos estar concentrado no Nordeste e no Norte, áreas onde o investimento no programa foi bem maior comparado às demais regiões.

Entretanto, Coimbra (2007 apud SINGER, 2009) sugere um contra ponto aos dois argumentos supracitados. Para Coimbra, o fato de Lula ser um político de origem humilde que venceu a imagem negativa das campanhas anteriores poderia ter despertado os cidadãos, principalmente os de classe mais baixa a votar no Lula.

O artigo de Singer comprova, portanto que ao final do primeiro mandato, Lula depara-se com o acesso ao subproletariado e desse modo acaba assumindo a forma dele. Com isso, Singer adverte que a hipótese de realinhamento tenha resurgido o debate a respeito do populismo. Haja vista, que as classes mais baixas são as mais aliciadas nesse estilo de governo.

Marques, já citada no início desse capítulo, apoia-se nos argumentos de Weffort, quando ele afirma que “uma das peculiaridades do populismo é de se instalar como forma de dominação nas condições de vácuo político” (MARQUES, 2006, p. 71) Mais adiante ela pontua as diferenças entre o populismo de Vargas e Lula está na forma de relacionar com as massas. Aliás, ela classifica o populismo de Lula como o “novo populismo” que se utiliza da estrutura sindical para coibir que os movimentos reivindicatórios atrapalhem os projetos de contrarreforma. O populismo varguista, por sua vez, se apoiava na classe trabalhadora a fim de conquistar novos ganhos na legislação trabalhista e implementar um mercado de trabalho direcionado para à indústria (MARQUES, 2006, p. 71).

Na época de Getúlio, o populismo se fundava nas massas organizadas e contra suas direções tradicionais, fazendo dos sindicatos agentes de sustentação de seu projeto nacional. Já o “novo populismo” de Lula não só não pode se apoiar no movimento organizado, como está a serviço dos interesses do capital internacional, em especial do financeiro. Também não podemos dizer que havia propriamente um vazio político quando da eleição de Lula e sim que as oligarquias brasileiras encontravam-se num impasse, não conseguindo ir mais longe no cumprimento da agenda ditada pelo Banco Mundial e pelo FMI (MARQUES, 2006, p. 71).

Para Lúcio Rennó e Andrea Cabello num artigo publicado em 2010, no qual, questiona-se “As bases do lulismo: realinhamento ideológico ou não alinhamento?” Nesse trabalho ambos pesquisadores traçam o perfil dos eleitores que votaram em Lula em 2006, porém, não simpatizava com a figura do Lula ou não possui algum favoritismo pelo PT. A partir dos resultados obtidos nesse estudo comprovou-se que não houve um realinhamento político ideológico por parte dos lulistas, como previu Singer, muito menos uma personalização do poder como argumentava Samuels.

Rennó e Cabello (2010) revisando a literatura a respeito do comportamento eleitoral diferencia o petismo do lulismo, investigando se houve indícios do personalismo que levasse a aprovação de Lula nas eleições de 2006. Para isto, eles citam o estudo de David Samuels que procurou identificar as origens do petismo mensurando o apoio ao PT com base na identificação partidária. Os resultados de tal estudo apontam para o entendimento que a simpatia do Lula é mais importante do que o posicionamento esquerdista (RENNÓ; CABELLO, 2010). Já a visão de Singer (2009), conforme citado anteriormente, expressa que o lulismo é fruto de um realinhamento político de classes que compõe seu eleitorado. Em suma, o lulismo figura uma reorientação ideológica dirigida pela busca de redução das desigualdades, mas com a manutenção da estabilidade.

Primeiro, Lula mantém as políticas de estabilização econômica iniciadas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso. Em seguida, Singer ressalta uma série de outras decisões importantes que o governo Lula tomou e que levaram a ganhos na qualidade de vida da população, principalmente dos setores mais pobres (RENNÓ; CABELLO, 2010, p. 42).

Após testar várias hipóteses a fim de explicar o comportamento do lulismo perante a identificação ideológica, os autores utilizaram a variável autopoicionamento ideológico que vai da esquerda à direita. Os resultados apontam que os petistas são mais tendenciosos a se denominarem de esquerda do que os lulistas. Já a respeito do trabalho de Samuels, no que concerne a influencia da simpatia por Lula no comportamento eleitoral, infere-se que os lulistas não se diferenciam em relação a simpatia à Lula. Enquanto os petistas estão mais pré-

dispostos à simpatizarem por Lula de que os Lulistas. “Petista avaliam Lula pessoalmente de forma mais positiva do que os eleitores que votam em Lula, mas não se dizem petistas!” (RENNÓ; CABELLO, 2010, p. 51).

Em suma, o lulista, principalmente aquele que passa a votar em Lula a partir de 2006, não parece ser um eleitor personalista e tampouco alinhado ideologicamente ou partidariamente a Lula. Trata-se de um eleitor não alinhado, com preferências fluidas e transitórias, influenciadas, em parte, pelo desempenho do governo (RENNÓ; CABELLO, 2010, p. 53).

Por fim, Rennó e Cabello (2010) concluíram que não existem evidências que assegure o realinhamento político conforme a tese de Singer e nem configura o retorno ao personalismo como defende Samuels. O argumento dos autores está mais próximo da tese de Zucco (2008), o qual entende que os eleitores de cidades carentes tendem a preferir candidatos governistas. Eles também coadunam com o trabalho de Reis e Machado (1992) que versam sobre o voto desideologizado e despolitizado de uma parcela da sociedade. (RENNÓ; CABELLO, 2010, p. 53).

Tales Ab’Saber⁹, em seu artigo *Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica* (2011), faz uma análise do carisma de Lula que parte do pressuposto que esse líder político foi impulsionado a realizar uma renovação do carisma a fim de se adequar às novas mudanças sociais, política e econômicas que vigoravam no país durante o governo Lula.

Ab’Saber (2011) concorda com a tese de Singer (2009) em relação uma reorientação ideológica que permitiu que a imagem do presidente Lula agradasse as classes mais baixas. Ab’Saber enfatiza algumas atitudes do governo Lula que podem ter nas transformações sociais adquiridas pela país. Ele atribui grande relevância aos programas de transferência de rendas “bolsas sociais” a qual, aliado a expansão de crédito popular tonaram as classes inferiores cada vez mais exigentes. Mas, que por ora passaram a apoiar o governo. Lula foi um grande promotor do estado de bem estar social, como ele mesmo dizia “nunca antes na história desse país” se comprou tanto, houve a expansão do mercado de trabalho, dentre outros.

Entretanto, para a construção do raciocínio desse trabalho o que mais interessa no artigo é quando e como o carisma de Lula foi moldado com objetivo de abraçar as classes inferiores. Nas palavras de Ab’Saber (2011, p. 25):

⁹ Tales Ab’Saber, psicanalista e ensaísta, é membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professor de Filosofia da Psicanálise da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), autor de *O sonhar restaurado: formas do sonhar em Bion, Winnicott e Freud* (Editora 34, 2005) e *A música do tempo infinito* (CosacNaify), no prelo. (AB’SABER, 2011)

Este *estilo singular* do carisma foi cultivado com constância e cuidado, pois o presidente devia reconhecer a sua imensa importância pública e política. Embora simbólico, ele implicava claramente poder real. E foi muito divertido, no período, observarmos a irritação e incompreensão pequeno-burguesa, de tendência peessedebista, em relação a essa estratégia poderosa do estilo e do *habitus* do presidente Lula, inconformismo com o qual ele, bem garantido em sua posição de predomínio, também zombou constantemente. Ele jamais abandonou esta prática corpórea e de linguagem, algo nacionalista, claramente populista, mas também algo modernista.

Ab'Saber (2011) trabalha com a mesma definição de carisma definida em Weber, o qual, afirma que o carisma é uma qualidade da exceção. Ele argumenta que enquanto, o patriarcado e a burocracia estão alicerçados na estabilidade, o carisma de forma adversa inspira o diferente, ou melhor, o singular. O líder carismático, segundo Weber é indivíduo ungido que foi guiado pelo destino para executar um objetivo determinado. Dessa forma, a missão da pessoa que dispõe de tal atributo é convencer a população que ele é o eleito para cumprir tal tarefa, em função disso, as pessoas lhe devem admiração.

Ab'Saber (2011) relata que desde início da carreira de sua carreira política, Lula já apresentava o desejo de aspiração como uma liderança universal do Brasil. Desse modo, ele já posicionou seu carisma e força política a fim de convencer suas bases admiradoras a respeito dos seus planos de governo. Ele chega comentar a presença de traços messiânicos na figura do Lula mesmo que de forma tímida. Assim, o autor assume o carisma como um fator importante para à ascensão do Lula ao poder.

Ab'Saber (2011) explica um dos sucessos de aprovação do governo Lula está arraigado ao carisma. Na visão daquele autor, Lula teria se transfigurado no objetivo de atender as demandas de classes inferiores. Em suas palavras:

[...] Porque, como todos vimos, Lula se articulou e se tornou liderança carismática para as classes ditas C e D do país, ou seja, os muitíssimo pobres; mas também para os senhores da política nacional, patrimonialista, clientelista e ainda em grande parte de controle patriarcal de rincões ainda não inteiramente modernizados do país; e, ainda, compôs com a sua própria burocracia, o seu próprio estrato técnico político superior, que convocou e protegeu no poder [...] (AB'SABER, 2011, p. 41).

Ab'Saber (2011) escreveu um excelente diagnóstico do governo Lula bastante detalhado, no qual, consulta grande bibliografia especializada. Entretanto, seu trabalho limita-se ao olhar do carisma, ele até considera outros aspectos políticos que favoreceram o governo Lula. Porém, deixa de analisar um atributo que assim como o carisma, é uma característica inata da cultura brasileira que é a cordialidade. O “homem cordial” é uma das peças chave do

personalismo, o qual influenciou diretamente a era Vargas e também o governo Lula. Prescindir de tal análise, fornece uma avaliação muito rasa do personalismo, o que desconsidera os fatores históricos e culturais entremeados às personalidades citadas. Desse modo, um caminho aconselhável a ser seguido é considerar a construção histórica vem sendo construída desde a influencia cultural dos ibéricos no momento da colonização do Brasil.

Por fim, cabe relatar que esse personalismo político originário das raízes ibéricas é propagado por meio de relações familiares, de intimismo e até religiosidade. Por mais que não existam estudos que comprovem que Vargas regressou aos braços do povo somente em função do personalismo político e que como Rennó e Cabello (2010) defendem a reeleição de Lula em 2006 não foi devido à personificação do poder. Ainda assim, pode-se afirmar que o personalismo resiste às mudanças históricas. Pois, tido como um atributo cultural que gera marcas expressivas no ceio da sociedade, o personalismo se manifesta como aporte cultural que não se apaga facilmente. Assim, mesmo que os presidentes analisados não tenham sido eleitos em função do personalismo em si, este ainda esteve vivo em seus governos por meio de atitudes sutis, às vezes até confundido com o carisma e simpatia eleitoral.

5 CONCLUSÃO

O objetivo principal desse trabalho é responder a seguinte pergunta: porque o personalismo político resiste às mudanças históricas? Com base nesse estudo, observou-se que mesmo não possuindo trabalhos científicos que comprovem que Vargas foi eleito ao governo democrático em função do personalismo e que como Rennó e Cabello (2010) negaram a hipótese do retorno ao personalismo na reeleição de Lula em 2006. Ainda assim, pode-se afirmar que o personalismo político resiste às mudanças históricas, pois embora não seja fator determinante para conduzir um candidato ao mandato político, conforme adotado nesse estudo de caso, o personalismo se manteve vigoroso enquanto categoria cultural.

Conforme os postulados de Sergio Buarque, o personalismo expressa-se por meio das características do homem cordial “daremos ao mundo o homem cordial” (HOLANDA, 1971, p. 106). Para ele, o homem cordial está revestido por lhanza no trato, hospitalidade, generosidade, em outras palavras a cordialidade nada mais é do que a primazia de relações humanas que podem se manifestar de maneira simples e direta. Ele observa que desde o vocabulário brasileiro busca-se o intimismo, a proximidade do interlocutor, utilizando terminações diminutivas.

Tais características também se expressam no familismo e até mesmo na forma de se relacionar com os santos. A todo tempo, busca-se trazer as relações para o plano pessoal. Assim, observa-se que essa tradição cultural adquirida pela herança ibérica foi internalizada na família e exportada à esfera política.

Embora Holanda (1971) enfatize que a cordialidade não é uma virtude definitiva e até anunciar o provável desaparecimento do homem cordial ainda assim pode-se dizer que o personalismo ainda vigora aos dias atuais. Pois, por se tratar de um aspecto cultural que envolve uma construção histórica. Assim, não se pode afirmar que a cordialidade tenha desaparecido mesmo com diversos avanços na área social. Haja vista, que o Brasil que aquele autor se refere na época da publicação do livro é totalmente diferente dos dias atuais. Ele faz referencia a um Brasil rural, bastante atrasado sob olhar atual. Portanto, é importante destacar que por se tratar de um atributo cultural, o personalismo gera marcas na sociedade que não podem ser removidas facilmente.

Entretanto, Freyre (1961) quando estuda a transição do patriarcado rural para o urbano argumenta que o familismo invadiu as estruturas da sociedade, agarrando-se ao Estado. Desse modo, o personalismo pode ser apresentado de maneira bastante sutil, às vezes até confundo com a ideia de carisma, simpatia eleitoral ou generosidade. Mais tarde DaMatta (1997)

também corrobora com essa tese da dinâmica do familismo quando o autor defende o argumento do englobamento, no qual o indivíduo passa referir-se a sociedade como a grande família, nesse momento ele passa englobar a rua na casa. DaMatta anos mais tarde está confirmando aquilo que Holands anunciará muito antes.

Esse trabalho evidenciou também que existem uma série de outros estilos de governos ou formas de dominação que nasceram do personalismo ou forma influenciados por ele. A saber, destaca-se o coronelismo, patrimonialismo, mandonismo e clientelismo. A partir da visão desse trabalho observou-se que todos esses citados surgiram a partir da influência da herança ibérica. Vale destaca ainda, a influência do personalismo no populismo. Conforme Weffort (2003, p. 69) argumenta, uma das características fundamentais do populismo brasileiro. é “a personificação do poder, a imagem (meio real e meio mística) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação das massas populares urbanas”. Ele também enfatiza que nesse estilo de governo o líder populista se coloca com o grade arbitro da sociedade.

Diante disso, cabe ainda estabelecer diferenças e similitudes entre personalismo em Vargas e Lula ambos caracterizados com líderes populistas. Com base nesse estudo, o personalismo Varguista se apresentou mais visível em função das características temporais em que se governava. Infere-se que durante o período ditatorial o personalismo foi mais facilmente verificado quase sempre imbricado com ideal nacionalista e populista. Entretanto, ressalta-se que o governo democrático de Vargas também configurou o personalismo. Pois conforme analisado no decorrer desse estudo, constatou-se elementos personalistas até mesmo em sua carta-testamento.

Já no governo Lula o personalismo esteve mais arraigado à ideia de simpatia eleitoral e carisma. Seu personalismo remete a figura do Lula como vencedor, o operário de origem humilde que driblou o determinismo geográfico e se tornou presidente da República. Assim, Lula seria o típico “homem cordial” aquele que é capaz discursar para centenas de pessoas com se estivesse conversando com seus familiares. De fato, sua postura e sua forma de relacionar inspira o intimismo e familismo, por isto faz sentido a relação com o “homem cordial” de Holanda (1971). Mas, antes de qualquer coisa vale ressaltar que ambos os governos, com maior o menor grau configuram a presença do personalismo político, a diferenciação citada remete-se apenas a características de governo, no qual um era ditatorial e outro democrático e também a atribuições pessoais.

Por todo exposto, conclui-se que o personalismo político é um atributo da cultura brasileira que tem sua origem na herança ibérica e passa a fazer parte do cotidiano das famílias até invadir a esfera política. Por tanto, esse atributo cultural não pode ser apagado ou mesmo negligenciado. Esse trabalho comprova que o personalismo ainda resiste às mudanças históricas. E esteve presente mesmo após setenta e sete anos desde o início primeiro governo Vargas até o final do segundo governo Lula. Portanto, prescindir da existência do personalismo pode levar o pesquisador a interpretações limitadas e errôneas a respeito da política brasileira.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS – ABC. **Roberto Augusto DaMatta**. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/~ramatta>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

AB’SABER, Tales. **Lulismo, carisma *pop* e cultura anticrítica**. São Paulo: Hedra, 2011. 90 p.

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. **Novos estud.** – **CEBRAP** [online], n. 91, p. 23-52, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n91/a02n91.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

BARBOSA, Leonardo Soares. **O quinto império: pragmatismo e profecia nos escritos de padre Antônio Vieira**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2010/03/Leonardo-Soares-Barbosa1.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2004.

BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco; MATTEUCCI, Nicola. **Dicionário de política**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. 2 v.

BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. **Luis Inácio Lula da Silva**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/biografia-periodo-presidencial>>. Acesso em: 04 jul. 2014.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003>. Acesso em: 25 abr. 2014.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Rocco, 1997. 163 p.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Globo, 2000. 392 p.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961. 2 v. (Obras reunidas de Gilberto Freyre. Introdução a história da sociedade patriarcal no Brasil; 2)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945: Gilberto Freyre.** 2014a. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gilberto_freyre>. Acesso em: 03 jul. 2014.

_____. _____. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945: Sérgio Buarque de Holanda.** 2014b. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/sergio_buarque_de_holanda>. Acesso em: 03 jul. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 159 p.

GOLDMAN, Elisa. **A cultura personalista como herança colonial em Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 6. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1971. 155 p.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** 6. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1997. 276 p (Biblioteca Básica de Ciências Sociais, 0002)

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 278 p.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O Governo Lula não sociais: a Construção de Um Novo Populismo nos tempos de Aplicação de UMA agenda neoliberal. **Rev. Econ. Polit.** [online], v. 26, n. 1, p. 58-74, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n1/a04v26n1.pdf>>. Acesso: 15 jun. 2014.

PORTELA, Aristeu Júnior Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil. **PLURAL – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP,** São Paulo, v. 19, n. 2, p. 9-27, 2012.

RENNO, Lúcio; CABELLO, Andrea. As bases do Lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? **Rev. Bras. Ci. Soc.** [online], v. 25, n. 74, p. 39-60, out. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n74/a03v2574.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

ROSSI, Vanberto José. **As duas faces do primeiro Governo Vargas**. UNESP, 2012. Disponível em: <<http://www.memoriaoperaria.org.br/revistaeletronica/as-duas-faces-do-governo.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

SINGER, André. Raízes Sociais e ideológicas do lulismo. **Novos estud. – CEBRAP** [online], n. 85, p. 83-102, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n85/n85a04.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. **Tempo Soc – Rev. Sociol. USP**. [online], São Paulo, v. 12, n. 1, p 69-100, maio. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v12n1/v12n1a05.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2014.

VARGAS, Getúlio. **Carta testamento**. Rio de Janeiro, 1954. Disponível em: <<http://www.culturatura.com.br/dochist/Carta%20Testamento%20-%20Getlio%20Vargas.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da Sociologia compreensiva**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. 2 v.

WEFFORT, Francisco C. **O populismo na política brasileira**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 206 p.